



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO

**Secretaria Municipal de Administração**

PMSA OF Nº 861/2022

Sant'Ana do Livramento, 09 de dezembro de 2022.

Senhor Presidente:

Apraz-nos cumprimentar Vossa Excelência e, na oportunidade, em atenção ao “Pedido de Informação nº 401/2022”, de autoria do Vereador Enrique Civeira, encaminhar em anexo, as informações prestadas pela Santa Casa de Misericórdia.

Sendo o que tínhamos para o presente, aproveitamos a oportunidade para manifestar protestos de consideração e apreço.

**ANA LUIZA MOURA TAROUCO**  
Prefeita Municipal

Exmo. Sr.

**Ver. AQUILES RODRIGUES PIRES**

M.D Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Sant'Ana do Livramento – RS.



# COMPLEXO HOSPITALAR Santa Casa de Misericórdia

Ofício 00308/2022 -DA

S. do Livramento, 06 de dezembro de 2022.

Ilmo. Sr.

Evandro Pivetta Barbosa

Secretário Municipal de Administração

N/cidade

PREFEITURA MUNICIPAL	845
PROTOCOLO	
ENTRADA EM:	07/12/22.
SAÍDA EM:	
DESTINO:	

*Referente: Em resposta ao pedido de Informação nº 401, solicitação do Vereador Enrique Civeira*

Senhor Secretário:

Na oportunidade em que o cumprimentamos respeitosamente vimos pelo presente, em atenção ao pedido de informação acima referido, dizer que os vereadores, segundo seu poder fiscalizatório, têm acesso ao hospital, sempre que desejar, por meio da Comissão de Saúde, entretanto, restringindo-se a área administrativa.

A medida visa evitar risco irreparável ao paciente, frente ao crescente número de casos de COVID-19.

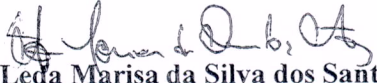
Outrossim, em se tratando de prontuários médicos e pacientes recebendo tratamentos diversos, há que se respeitar o direito à intimidade dos pacientes e a dignidade humana tanto dos pacientes quanto dos profissionais.

Ademais, em especial o Pronto Socorro destina ao atendimento de pacientes em estado de urgência ou emergência, com risco eminente de morte e, qualquer evento adverso pode ser decisivo no atendimento desse paciente. Da mesma forma a UTI, que trata pacientes que necessitam de cuidados intensivos e não podem ser expostos à contaminação externa, sem cuidados.

J justifica-se nas Boas Práticas de Controle de Infecção, na Lei de Proteção de Dados e na Constituição Federal.

Sendo o que tínhamos para o momento, despedimo-nos mui,

Atenciosamente,

  
Leda Marisa da Silva dos Santos  
Diretora Geral.